

Nova associação para o desenvolvimento

POR ESCRITURA de 5 de Março de 1973, publicada no Diário do Governo (III.ª Série), de 29 de Março, foi constituída uma Associação denominada «Associação Nacional para a Formação e Desenvolvimento dos Recursos Humanos». A Associação abrange todo o espaço português, e tem fins muito amplos relacionados com a formação e desenvolvimento dos recursos humanos no país. Segundo conseguimos apurar ontem, esta Associação similar à Sedes, tem como grupo fundador figuras conhecidas da jovem direita portuguesa.

Eleição impugnada

PELAS Associações Económicas de Angola foi impugnada a eleição da Junta Provincial Consultiva, realizada há cerca de quinze dias, ao mesmo tempo da eleição para a Assembleia Legislativa. O recurso subiu ao Conselho Ultramarino.

Secretário Geral da EFTA em Lisboa

CHEGOU ontem a Lisboa, acompanhado de sua mulher, Bengt Rabaeus, Secretário Geral da EFTA, que visita o nosso país a convite do Governo Português.

Depois de uma curta estada no Algarve, durante o dia de hoje e de amanhã, o sr. Bengt Rabaeus terá reuniões com diversas entidades públicas, no dia 9, inscrever-se-á no livro de cumprimentos ao Chefe de Estado e será recebido pelo Presidente do Conselho.

Lembra-se que a presidência dos Conselhos da EFTA está neste momento entregue ao dr. Alexandre Vaz Pinto, secretário de Estado do Comércio, pelo que Bengt Rabaeus deverá com ele abordar os problemas neste momento em aberto e que se prendem, sobretudo, com a harmonização entre o acordo estabelecido por Portugal com as Comunidades Europeias, e a nossa posição como membros da EFTA.

A visita do Secretário Geral da EFTA é, no entanto, de rotina e de cortesia, pelo que não irão certamente ser tomadas quaisquer decisões sobre estes ou outros assuntos.

Guimarães e a Universidade

PRESTES a encerrar a nossa edição, recebemos do presidente da Câmara Municipal de Guimarães, o seguinte telegrama.

«Tive hoje conhecimento do telegrama enviado (na sequência de uma iniciativa posta em marcha pela Unidade Vimaranesa, que julgo tenha visado apenas criar um clima emocional) pois foi enviado sem solicitação de quaisquer esclarecimentos desta Câmara Municipal, o que vem acontecendo há muito tempo, dando a impressão de uma tentativa camuflada de sobreposição à Administração Pública. Todos os problemas concehidos relativos ao ensino têm sido postos ao Governo, pela Câmara Municipal, antes de quem quer que seja, e os trabalhos que os justificavam publicados no jornal «Notícias de Guimarães». Manifesto minha inteira confiança nas decisões de Sua Excelência o ministro da Educação Nacional e do Governo. Solicito publicação e apresentação a V. Ex.ª cordiais cumprimentos.

Presidente Câmara Municipal Guimarães

Araújo Abreu

(Ver mais informações pag. 3)

Novo agente geral do ultramar

VAI SER nomeado Agente Geral do Ultramar do Ministério do Ultramar, o dr. Nunes Barata, em substituição do dr. Cunha Leão.

A propósito recordamos que o dr. Nunes Barata é assíduo colaborador do jornal, «A Capital».

Assinado o acordo em Wounded Knee

O OPTIMISMO das autoridades norte-americanas acerca das possibilidades de se chegar a um entendimento com os rebeldes Oglala-Sioux de Wounded Knee (ver página 7) confirmou-se. Ontem, foi assinado um acordo entre as duas partes, que prevê a ida dos chefes a Washington e o seu encontro com altos funcionários americanos. No entanto, os ocupantes da vila deverão submeter-se a detenção pelas autoridades federais e muitos deles serão depois julgados por crimes de direito comum.

Exames em Outubro provocam tensão na Faculdade de Direito

CONTINUA pendente de deliberação do Conselho Escolar da Faculdade de Direito de Lisboa a concessão da época de exames de Outubro, pretensão dos alunos desta escola.

Efectivamente, como o EXPRESSO já noticiou, foi pelos alunos de Direito de Lisboa apresentado no Ministério da Educação Nacional um documento pedindo o restabelecimento da época de exames de Outubro, documento que foi pelo Ministério da Educação Nacional da Junta de Delegados de Cursos, sendo-lhes dito que o assunto se encontra em estudo. No dia 2 de Abril soube-se que o Conselho Escolar deliberara levantar processos disciplinares a diversos alunos prevendo-se a pena de suspensão de frequência esco-

lar durante quarenta e cinco dias. Nos estudantes abrangidos encontram-se Saldanha Sanchez, Manuel Pitta, M. José Morgado, Eduardo Mirane, Murad Ali.

Nos dias quatro e cinco de Abril prosseguiu o processo no que respeita à frequência das aulas, e também na primeira semana de Abril se verificaram manifestações de rua de pequenos grupos de estudantes, em Sete Rios, em Benfica, e noutros locais da cidade.

Enquanto se aguarda o desfecho da instrução e dos processos disciplinares, a maioria dos estudantes de Direito espera a intervenção do Ministério da Educação Nacional no sentido de conceder a pretensão requerida, que, sem dúvida, viria a constituir um acto de justiça e equidade.

Associação de escritores : Ganham menos porque são mulheres
escritura no dia 13
PAG. 3

Insólitos parlamentares VISTO de São Carneiro
PAG. 8

Empresas multinacionais em Portugal
PAG. 18

Congresso de Aveiro:

Passo importante para uma frente ampla e unida da Oposição Democrática

Segundo a opinião de um membro da Comissão Nacional, está presente no Congresso, que decorre neste momento em Aveiro, a quase totalidade das correntes da Oposição, embora a princípio, quando começaram as reuniões preparatórias, nem sempre houvesse unanimidade de pontos de vista. Mas à medida que os trabalhos foram progredindo, a unanimidade foi ganhando vulto. Mas à medida que os trabalhos foram progredindo, a unanimidade foi ganhando vulto, uma vez que se entendeu ser o Congresso da Oposição Democrática mais uma frente de luta e uma outra forma de encontrar caminhos para resolver problemas que afectam o futuro do País.

Há convergência unânime por parte dos membros da Comissão Nacional, que soma para cima de quinhentas individualidades de todos os distritos de Portugal continental. Assim os responsáveis por este Congresso repudiam a ideia de serem acusados por alguns sectores mais extremistas da Oposição de colaborar em certa forma com o Governo ao realizarem esta reunião em Aveiro.

Aliás e ainda segundo a opinião dos organizadores deste plenário democrático, «a autorização para a realização do Congresso, não deverá ser considerada como «generosa dádiva» governamental.

No entanto — e apesar do facto de nos encontrarmos precisamente em ano de eleições — não está no espírito deste III Congresso a elaboração de «um programa de acção para a Oposição Democrática, mas apenas o enunciado dos problemas que os democratas participantes entendem dever constituir o fulcro de acção futura. Este III Congresso deverá, antes, sair a decisão dos democratas participantes de intensificarem a sua acção na estruturação e consolidação do movimento democrático nos sectores a que pertence».

Em texto distribuído à imprensa por cerca de 80 membros da Comissão — já posterior a uma edição das conclusões das diversas secções — reconhece-se ser necessário à Oposição Democrática rever a sua política e as respectivas formas de intervenção em que se destaca o reforço de uma acção a partir das bases populares.

Segundo esse texto «a Oposição Democrática terá de rever a sua actuação futura em face dos fracassos (em parte justificáveis) das campanhas eleitorais dos últimos 25 anos e da própria evolução da política nacional concluindo por defender a luta pela real unidade de todos os sectores da Oposição, a actuação a partir de uma base popular de que tem estado um tanto afastada; inscrever como primeiro objectivo a atingir a modificação de uma lei eleitoral, com o estabelecimento do voto obrigatório e lutar igualmente no sentido de despertar

o povo para a viria política, sugerindo, por último, a fundação de um jornal de publicação diária ou semanal e a criação de uma União dos Direitos Cívicos, legalmente constituída com comissões em todas as freguesias do país, e tendo por finalidade específica esclarecer o povo em tudo quanto se refira ao recenseamento eleitoral, colaborar no sentido da inscrição dos cadernos e estudar os meios de atingir o supremo objectivo: o voto obrigatório extensivo à maioria dos portugueses de ambos os sexos de 21 anos (prevendo a redução para os 18 anos), que saibam ou não escrever, e sem esquecer os emigrantes».

Entretanto — e embora não se tenham ainda realizado as mais importantes reuniões plenárias — podemos concluir desde já e sem grande margem de erro que segundo opinião autorizada «neste III Congresso da Oposição Democrática não devem ser apresentadas propostas para programas comuns. Em primeiro lugar, porque a realidade política portuguesa é específica, diferente da que caracterizam certos países estrangeiros e o Movimento Democrático é (e parece não poder ser de outro modo nas condições actuais) um Movimento aberto e unitário; em segundo lugar porque este Congresso não pode submeter

de cima para baixo os destinos globais do Movimento».

Estão convocados os organizadores deste Congresso que se deve extrair desta reunião plenária «um conjunto de conclusões concretas e práticas que permitam reunir em síntese os objectivos comuns e prioritários adequados ao momento político actual, do Movimento Democrático. Com isso pretende-se contribuir para a definição dos objectivos e dos métodos de acção que a Frente Ampla e Unitária se impõem dever defender, não condicionada ao próximo período eleitoral mas prestando-lhe particular atenção».

São também adeptos os organizadores deste III Congresso da Oposição Democrática de o estabelecimento de uma plataforma mínima com base nos seguintes objectivos de acção:

- luta pelas liberdades fundamentais — direito de reunião de associação e de expressão dos planos político, sindical e cultural;
- luta contra a carestia de vida e contra a política de congelamento dos salários; contra toda a política monopolista e de submissão ao imperialismo (penetração de capitais estrangeiros, exportação de mão-de-obra no quadro do Mercado Comum.



«Esperamos que em 1973 poderemos festejar todos juntos um Portugal restituído às suas liberdades fundamentais».
(da gravação enviada do Recife por Rui Luís Gomes, presidente do Congresso, cuja cadeira ficou vazia).

Empregados da Previdência reclamam assistência

AO SECRETARIO de Estado do Trabalho e Previdência, foi entregue, há dias, uma exposição elaborada por empregados das instituições da Previdência, na qual se focam os problemas que afectam este grupo profissional e se solicita a tomada de medidas para a sua resolução.

No documento, cujos autores afirmam sentir ter ficado à margem do esforço «incansável do Ministério das Corporações na defesa dos interesses dos trabalhadores portugueses e na luta pela elevação do seu nível de vida», solicitase a extensão aos empregados da Previdência de certas regalias de que ainda não puderam beneficiar a despeito de serem já habituais na contra-

tação colectiva de trabalho, designadamente subsídio de férias, complementos na reforma, doença e sobrevivência, semana de cinco dias, revisão das tabelas de ajudas de custo e sistema de diuturnidades — além de uma actualização de salários que coloque estes profissionais «em condições de fazer face ao aumento do custo de vida», na exposição calculado em 30 por cento desde Janeiro de 1970.

«Os anseios que dominam entre os empregados das instituições de Previdência» são explicitados na exposição ora em estudo na Secretaria do Trabalho como assentando «não tanto numa revisão global do estatuto da classe (criado pelo Governo

há dois anos), processo naturalmente moroso, quanto na introdução imediata das regalias» já enunciadas. É à fúndia menção, em três pontos, da reivindicação destas regalias, que no documento se consagra mais espaço.

A Previdência, diz-se ali, é «uma das organizações de maior repercussão social», relevando a sua importância «não só do capital movimentado anualmente (mais de 11 milhões de contos de receita), mas também do volume de pagamentos, em benefícios (cerca de 8 milhões de contos), e ainda, essencialmente, da população coberta (mais de 3,5 milhões de pessoas)», entre a qual figuram especialmente os sectores da po-

pulação economicamente mais débil. Esta última circunstância, que ocasiona que qualquer falha na administração se repercuta acto contínuo em prejuízo dos utentes da Previdência, deveria, lembra o documento, sugerir ao Governo medidas no sentido de a administração da Previdência «ser o mais eficiente possível» — para o que há que contar com o «elemento humano», logo instaurar uma «política de pessoal que dê relevância à selecção dos quadros mais válidos, à sua adequada formação e à criação de condições de trabalho atraentes, em natural concorrência com as oferecidas pelas empresas privadas.

Saldo superior a 3 milhões de contos

No 2.º ponto destaca-se a contradição entre a orientação da política social do Ministério das Corporações, cujos objectivos serão «uma elevação real do nível de vida do trabalhador português, não só no aspecto de salários mas também, nas chamadas regalias sociais» e o prolongamento da situação dos empregados da Previdência, segregados da fruição de benefícios como os ainda recentemente consagrados pelo estatuto dos

Continua na pag. 3



A Embaixada do Brasil vai transferir-se para o Palácio da Rua da Escola Politécnica. O palácio foi comprado à família do duque de Palmela

Dois médicos no Tribunal Plenário

ENQUANTO se aguarda o julgamento (marcado para 12 de Junho) da acção intentada, no Tribunal de Trabalho, pelo Ministério das Corporações contra os corpos gerentes da Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Médicos, corre agora no 1.º Juízo Criminal de Lisboa outro processo, a julgar pelo Tribunal Plenário, em que são acusados de crime contra a segurança do Estado, o presidente da direcção daquela Secção Regional, dr. Rui de Oliveira, igualmente arguido no primeiro processo, e a sua colega dra. Isabel do Carmo delegada à assembleia geral, ambos como alegados autores de acto já mencionados na queixa ao Tribunal de Trabalho.

De facto, na acusação que lhes é movida pelo Ministério Público, o dr. Rui de Oliveira e a dra. Isabel do Carmo são dados como autores do panfleto «Foi morto um estudante», referente aos incidentes que em Outubro passado custaram a vida ao estudante José António Ribeiro dos Santos no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Afirma-se naquele peça do processo do referido documento foram distribuídos em Lisboa, pelo correio, 6 mil exemplares em fins de Outubro ou princípios de Novembro, acrescentando-se:

«Tal panfleto foi impresso na máquina offset existente na Ordem dos Médicos, desta cidade, tendo sido enviado um exemplar a cada um dos médicos inscritos na Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Médicos,

que são cerca de 4200, além de outros que também foram dirigidos a diversos sindicatos, órgãos de informação, associações recreativas, grupos desportivos e outras entidades.

«O referido panfleto, embora nele se refira como originário dos corpos gerentes da Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Médicos, é, pelo menos, da autoria dos dois arguidos, que voluntária e conscientemente o redigiram ou corrigiram, para fins, como sabiam e queriam, da sua posterior divulgação e distribuição, como veio a ter lugar».

Considerando que o documento «contém notícias falsas ou tendenciosas susceptíveis de causar alarme ou inquietação pública», o Ministério Público propôs que a caução a fixar não fosse inferior a 20 mil escudos. Efectivamente, notificados há dias, tanto o dr. Rui de Oliveira como a dra. Isabel do Carmo tiveram de pagar aquela quantia para poderem aguardar a liberdade e julgamento. São seus patronos, neste processo, os drs. Cortes Simões e Jorge Sampaio, respectivamente.

Quanto aos restantes membros dos corpos gerentes da Secção Regional de Lisboa, referem-se-lhes a acusação na passagem em que se lê:

«Da prova produzida em instrução preparatória pode, em nossa opinião, sustentar-se existirem desde já indícios bastantes ou suficientes da prática de infração penal por parte dos arguidos Rui Fernando Proença de Oliveira e Maria Isabel Cor-

tes do Carmo, não havendo ainda tais indícios relativamente aos restantes arguidos, mesmo quanto àqueles que afirmaram conhecer, anteriormente à sua distribuição, o conteúdo do escrito incriminado, ao qual tiveram dado a sua adesão, bem como à respectiva divulgação, visto que a confissão do arguido desacompanhada de quaisquer outros elementos de prova não vale como corpo de delito. Ficará, por isso, os autos a aguardar a produção de melhor prova relativamente aos restantes arguidos».

ÍNDICE

Congresso de Aveiro:
Lindley Cintra:
«Um congresso não eleitoralista» —
Pag. 2;
A reforma — Veiga Simão — Pag. 2;
Análise dos II Congressos — Pag. 12;
A partir do zero por falta de estruturas de apoio — Pag. 13;
Os trabalhos das secções — Pag. 2 e 14.

SPRAYIT COMPRESSORES DE TODOS OS TIPOS E POTÊNCIAS Industriais e de amador Pistolas de pintura representante em Portugal: **Rapito** Rua José Acurcio das Neves, 8-B — Tel. 710695 — Lisboa

Expresso revista

POIS CLARO, QUE NOS MEUS TRABALHOS DE PINTURA USO A JA AFAMADA **SPRAYIT** IDEAL PARA TRABALHOS CASEIROS E PROFISSIONAIS

CONGRESSISTAS EM AVEIRO:

“O eterno recomeço a partir do zero por ausência de estruturas de apoio”

«PROFUNDAMENTE sensibilizado convite presidir congresso saúdo companheiros consciente importância deste Congresso para objectivos centrais nossa luta liberdades democráticas povo português declaro aberta sessão».

Com a leitura deste telegrama do prof. Rui Luís Gomes declarou o dr. Seça Neves aberta a sessão inaugural do 3.º Congresso da Oposição democrática, para que, desde Agosto de 1970, os seus organizadores tentavam, sem sucesso, obter autorização.

(...) Pareceu à Comissão Nacional deste Congresso que a melhor homenagem a prestar ao Presidente eleito desta sessão era manter vaga a sua cadeira já que, neste momento, ninguém verdadeiramente o poderia substituir.

DOS NOSSOS ENVIADOS
Helena Vaz da Silva e J. Manuel Teixeira

O terceiro Congresso da Oposição Democrática está reunido, em Aveiro, sob o signo da unidade — «Unidade que não é uniformidade». De notar: a grande afluência de teses (um total de 150, enquanto em 1969 se apresentaram apenas 61); a diversidade e, nalguns casos, a novidade formulação dos temas, que enumeramos à parte; o elevado número de congressistas (para a cima de 2000); a presença da imprensa estrangeira e de representantes de embaixadas, elementos que contribuem para dar a este 3.º Congresso da Oposição Democrática uma projecção além-fronteira.

Significado e objectivos

«Este congresso não é uma dívida do regime, é uma conquista nossa». Estas palavras de Maria Barros na sua intervenção, de que, a seguir, reproduzimos longos extractos, dão o tom da orgulhosa combatividade que informou em geral a maioria das intervenções.

Além do significado e os objectivos deste Congresso estão bem explicitos não só nas palavras proferidas, mas sobretudo nas das pessoas (representativas de sectores e correntes), convidadas a falar na sessão de abertura: Alvaro Seça Neves, Maria Barros, Santos Simões, de democrático do Porto, um trabalhador rural, um jovem operário e, a encerrar a sessão, José Tengarrinha.

Sobre as intenções e amplitudes desta reunião democrática, em Aveiro, afirmou Alvaro Seça Neves: «Nem um só distrito deixou de se representar. Pode observar-se que este congresso interessa camadas populares cada vez mais vastas e até diversificadas. O número de teses ultrapassando as 150, e a proveniência de muitas delas, vindas de camponeses e operários, tantas elaboradas colectivamente, denunciaram indubitavelmente o mérito do trabalho produzido. Tem o Congresso como objectivo a elaboração de um diagnóstico crítico da realidade portuguesa; a dinamização da actividade democrática em todo o país, nomeadamente através da discussão da problemática nacional e com efectiva participação popular; e a definição das linhas gerais da acção democrática».

Falando dos vários problemas que neste momento afectam a realidade nacional, o vice-presidente em exercício, Dr. Seça Neves, acrescentou que «se nos fosse dado estabelecer prioridades, a nossa preferência iria para o problema da emigração e para o das liberdades fundamentais».

A emigração e as suas consequências

Dentro da ordem de prioridades dos problemas na-

cionais que urge resolver, o Dr. Seça Neves falou do «problema crucial que é a emigração: só nos últimos dez anos abandonou o país mais de um milhão de portugueses».

(...) A emigração feita em regra por jovens torna o país mais velho, empobrece-o pela ausência do trabalho da sua população mais nova. Mas por outro lado serve-se o governo do aforro dos emigrantes para equilibrar a balança de pagamentos da zona do exaudo, sempre sobrecarregada com o desequilíbrio da balança comercial.

Esta busca de divisas estrangeiras — continuou a afirmar o dr. Seça Neves — procura-as também o regime nas províncias ultramarinas, providas da sua exportação, de bens e serviços. Tão grave é o problema da emigração que se diz ser Paris a segunda cidade do mundo de língua portuguesa, e ser na França o português a segunda língua naquele País.

Tão grave é o problema, que há dias, na Assembleia Nacional foi reconhecido que «A saída de cerca de 1 milhão de portugueses durante a década de 60 representa um terrível plebiscito».

A promessa de uma Lei de Imprensa

Na sessão inaugural foi ainda referido — como que estabelecendo um paralelo com o clima em que decorreu o Congresso de 1969, em que se acreditava na próxima liberalização do regime.

Tinha-se inclusivamente prometido, para breve, uma lei de imprensa.

Nós não aceitamos limitações de temas

Significativa também da orientação e objectivo deste congresso foi a intervenção de Maria Barros, mulher de Mário Soares, que afirmou: «O Congresso não foi organizado para longos discursos (...) o Congresso não foi organizado para exibição de vedetas ou de cúpulas (...) o Congresso não foi organizado para relatos eruditos ou revolucionaristas verbais. O Congresso não é uma dívida do regime! É pura e simplesmente uma conquista nossa».

«Uma dívida porque? Pura e simplesmente o reconhecimento do nosso mais elementares direitos de cidadãos, isso sim!»

Sobre o alcance nacional do congresso de Aveiro afirmou Maria Barros: «O espectáculo admirável da inscrição e concorrência de tan-



Seça Neves

to português neste congresso não significará que ele é já qualquer coisa de positivo neste marasmo da vida nacional?

Maria Barros falou então de um extracto de uma sessão realizada em Novembro de 1966, relatando as palavras que então ouvira na Voz do Operário: «para execução da sua política económica, serviu-se o Governo da organização cooperativa iniciada em 1933. Esta organização foi investida de funções, que a lei não definiu concretamente e que os dirigentes se encarregaram de variar conforme as circunstâncias permitiam, encontrando por parte das entidades responsáveis a melhor vontade em sancionar todas as suas manobras».

E Maria Barros concluiu: «Há 27 anos, foram ditas estas palavras, poderiam ter sido proferidas hoje!» (...) Agora como há 27 anos, continuamos a lutar pela conquista da liberdade democrática».

(...) Diz-se que há, que se deu, uma liberalização do regime. Não há infelizmente liberalização, não há modificação das estruturas.

«Portanto, é necessário uma tomada de consciência maior das nossas dificuldades crescentes, e por isso eu creio que este congresso poderá ser útil. Poderá ser uma das formas de ajuda a essa tomada de consciência. Nós não aceitamos limitações de temas a tratar no congresso: O problema ultramarino não nos amordaçará, porque entendemos que todos os portugueses têm direito a pronunciarem-se sobre ele dado que é o problema número um, aquele que mais afecta a vida nacional neste momento. Calarmo-nos sobre ele

seria cobardia, seria sermos convenientes com uma política injusta e obsoleta, seria violentar mais a nossa própria consciência.

«É necessário uma tomada de consciência sobre os problemas que temos à nossa frente neste país triste... disse-o e repetiu-o. Este congresso poderá ajudar-nos porque nele são debatidos esses problemas, mas, sobretudo, porque penso (serei ingenua? serei ambiciosa?) que dele possa resultar uma frente de unidade que nos é absolutamente indispensável».

«... Dada a largueza da mobilização possível e desejável das forças sociais em torno da luta democrática, a unidade mais sólida terá maior consistência e maior dimensão política».

«A realização do Congresso contribui deste modo para uma maior dinamização das comissões à escala do país e para uma acentuada mobilização de quadros que, deste modo, se sentiriam motivados e estimulados. Se entendermos que um dos aspectos importantes da nossa luta política impõe uma progressiva tomada de consciência de todo o Povo português, julgamos, neste aspecto, que a preparação deste Congresso ultrapassou em muito as limitações que têm dominado a actividade política em Portugal. É de todo evidentemente que, com o reconhecimento destes factos, não pretendemos otimizar uma situação a muitos títulos precária».

Por outro lado, revelam-se dia-a-dia acentuadas as contradições entre um poder económico que se quer em constante ascensão e o poder político que o deseja ter como suporte se materializar as suas linhas de acção.

A Oposição Democrática, a que autenticamente se pode de-

Comissão executiva
Alvaro Seça Neves (Advogado) — AVEIRO
António Neto Brandão (Advogado) — AVEIRO
António Pinho Regala (Estudante) — AVEIRO
Carlos Candal (Advogado) — AVEIRO
Flávio Sardo (Advogado) — AVEIRO
João da Silveira (Advogado) — AVEIRO
João Sarabando (Publicista) — AVEIRO
Mário Bastos Rodrigues (Estudante), Agueda — AVEIRO
Manuel Andrade (Advogado), Tortosa — AVEIRO.



Maria Barros
«O Congresso não é dívida do regime, é conquista nossa»

«Unidade não é uniformidade»

«O passado conta quando se projecta no futuro»

Programa geral			
Dia	Hora	Acontecimento	Informação
4.ª Feira	21,30	Sessão de Abertura	Presidente — RUI LUIS GOMES Vice-Pres — ALVARO SEÇA NEVES Secretário — COMISSÃO EXECUTIVA DE AVEIRO
5.ª Feira		Sessões de trabalho	Em 3 períodos diários — 09.30 às 13.00 h. — 15.00 às 18.30 h. — 21.00 às 24.00 h.
6.ª Feira		Sábado	
Domingo	10,30	Romagem	A campa de Mário Sacramento
	12	Confraternização	Piquenique no Parque da Cidade
	14,30	Plenário Final RATIFICAÇÃO DAS CONCLUSÕES DAS SECÇÕES	Presidente — F. PEREIRA DE MOURA Vice-Pres — LINO LIMA Secretário — 1 MEMBRO DE CADA C. COORDENADORA
	19,30	Sessão de Encerramento	Presidente — VIRGINIA DE MOURA Vice-Pres — LINDLEY CINTRA Secretário — 3 MEMBROS DE CADA C. DISTRITAL

«A unidade mais sólida»

Também José Tengarrinha — representante dum importante corrente de democracia portuguesa — foi esclarecedor quanto à orientação do congresso: «há motivos, fortes motivos para recuar pelo futuro do nosso país. A situação — ninguém poderá ocultá-lo — é de extrema gravidade, das mais graves da nossa história. E disso que temos de tomar plena consciência ao iniciar este Congresso, assumindo as pesadas responsabilidades patrióticas que nos cabem e que nós de resto nunca rejeitamos».

A divisão a quem aproveita?

«E possível (deixem-me acreditar) que todos nós — sem perdemos de vista as nossas próprias convicções (unidade não quer dizer uniformidade — se esquecermos sectarismo, se nos convencermos de que somos humildes e de uma unidade — os nossos fazer deste congresso um passo decisivo para o entendimento de toda a Oposição portuguesa. E entendimento para a acção! Porque unidade não são palavras: a unidade é acção».

Santos Simões: Desafio e teste

O DR. SANTOS SIMÕES, de Braga, depois de apontar a importância do Congresso, dentro da linha de acção que preconizou para a oposição democrática, afirmou:

«A realização do Congresso contribui deste modo para uma maior dinamização das comissões à escala do país e para uma acentuada mobilização de quadros que, deste modo, se sentiriam motivados e estimulados. Se entendermos que um dos aspectos importantes da nossa luta política impõe uma progressiva tomada de consciência de todo o Povo português, julgamos, neste aspecto, que a preparação deste Congresso ultrapassou em muito as limitações que têm dominado a actividade política em Portugal. É de todo evidentemente que, com o reconhecimento destes factos, não pretendemos otimizar uma situação a muitos títulos precária».

Por outro lado, revelam-se dia-a-dia acentuadas as contradições entre um poder económico que se quer em constante ascensão e o poder político que o deseja ter como suporte se materializar as suas linhas de acção.

A Oposição Democrática, a que autenticamente se pode de-

CONDICÃO JURÍDICA DA MULHER EM PORTUGAL

DURANTE o debate da secção G, subordinada ao tema «Organização do Estado e Direitos do Homem», Laura Lopes apresentou uma tese onde salientou a condição jurídica da mulher em Portugal.

Afirmou que «a mulher em Portugal não tem acesso legal a determinadas profissões como sejam a diplomacia, a magistratura, a carreira administrativa do ultramar e lugares de chefia nos tribunais; donde a respectiva legislação é inconstitucional e como tal deve ser encorada».

A mulher após o casamento perde grande parte dos seus direitos a favor do marido, como chefe de família imposto pela lei, submetendo-a a mesma lei a uma situação de subordinação quase total ao marido; deste modo, não pode administrar os seus bens próprios nem os do casal, salvo em casos excepcionais. Não tem qualquer poder legal sobre os filhos, a não ser por impossibilidade absoluta do marido ou por dissolução do casamento ou separação judicial.

Não pode exercer livremente uma profissão (exceptuadas as liberais, artísticas e intelectuais) e as funções públicas, que abrangem apenas uma pequena minoria das mulheres portuguesas) porque o marido a todo o tempo pode denunciar o contrato de trabalho da mulher e proibi-la de continuar a trabalhar profissionalmente ou de ter uma ocupação.

Não pode ser comerciante sem autorização do marido, a não ser que esteja casada no regime de separação de bens ou excepcionalmente administre os bens do casal.

Não lhe é possível na prática as mais das vezes separar-se do marido ou divorciar-se em virtude do rebaixamento económico em que vive, quer sendo doméstica, afastada que qualquer actividade económica, quer trabalhando numa profissão ou ocupação quase sempre mal remunerada.

signar assim, nada tem a ver estes jogos que têm de ser denunciados resolutamente e sem quaisquer margens para dúvidas. Não pode haver alianças, nem compromissos, com grupos que desejam manter toda uma inaceitável situação de exploração.

O Cronógrafo para o homem que pretende conhecer a verdade exacta

vações de direitos estabelecidos por lei a favor do homem marido à mulher casada foi imposto o dever do governo doméstico, actividade embrutecedora e, além disto, juntamente com o dever do governo doméstico, é-lhe imposto ainda o dever de contribuir com o marido para as despesas da casa.

A mulher mão-de-obra sempre disponível é relegada para as tarefas e trabalhos mais desqualificados.

A Concordata com a Santa Sé de 1940 veio limitar a liberdade individual de por termo ao casamento, criando si-

tuações humanas extremamente dolorosas, proibindo o divórcio no casamento canónico; e o Código Civil de 1967 continuou a restringir as possibilidades de requererem a separação judicial ou divórcio sobre o pretexto de protecção à família legítima. De facto, toda a legislação limitativa de dissolução voluntária de casamento prejudica a instituição portuguesa da família legítima, pois provoca milhares de situações ilegais, o que arrasta a proleção cada vez maior de filhos ilegítimos e a continuidade impossível de sustentar da família ilegítima».

O Cronógrafo para o homem que pretende conhecer a verdade exacta

Zenith equipou «El Primero» com o primeiro movimento cronógrafo automático do mundo, o único que funciona a 3600 alternâncias/hora.

Esta frequência elevada torna-o insensível aos choques e confere-lhe uma extraordinária precisão de marcha.

Existem, portanto, muitos homens interessados no «El Primero». E um grande número de mulheres descobrem que este cronógrafo seria um presente maravilhoso para aqueles de quem gostam.



Viva Portugal Independente e Livre

Congresso de Aveiro: o trabalho nas secções

Secção A: Desenvolvimento Económico e Social

Capitalismo, protecção industrialização e Europa

«PARA UMA acção de democracia definida nos três grandes objectivos do Congresso não basta um diagnóstico crítico da realidade portuguesa, o qual tem sido...»

«Durante a discussão dos temas desta secção, o eng.º Blasco Hugo Fernandes fez uma intervenção em que analisou a situação socio-económica da agricultura portuguesa...»

«A actual estrutura das explorações agrícolas constitui obstáculo ao progresso técnico e económico da sua grande maioria...»

Desenvolvimento da agricultura portuguesa

«A actual estrutura das explorações agrícolas constitui obstáculo ao progresso técnico e económico da sua grande maioria...»

«A estratégia de desenvolvimento do reformismo liberal assentou na abertura à Europa...»

«Insistiu-se na necessidade de recuperar rapidamente o atraso tecnológico perante o estrangeiro...»

Balanza de pagamentos

«A questão crucial estava na abertura à Europa...»

Situação sanitária e assistência médica em Portugal

«Na discussão do temário da secção do Congresso (segurança social e saúde)...»

«Este ponto de partida para a discussão das teses da secção A deste Congresso — subordinada ao tema «Desenvolvimento económico e social»...»

«Como opção para o desenvolvimento económico do nosso país, concluiu-se durante as sessões desta secção do Congresso...»

«A questão crucial estava na abertura à Europa...»

Situação sanitária e assistência médica em Portugal

«Na discussão do temário da secção do Congresso (segurança social e saúde)...»

Planeamento económico

«Numa outra intervenção, o dr. Pereira de Moura ao referir-se ao planeamento económico afirmou que...»



Santos Simões



Estudante do Porto



Camponês de Alpiarça



Jovem de Setúbal

Table with columns: SECÇÕES DO 3.º C. O. D., and rows A through H describing various sections like 'Desenvolvimento económico e social', 'Estrutura e transformação das relações de trabalho', etc.

Secção F: Administração local

Dos Governadores Civis

FRANCISCO PEREIRA DE MOURA apresentou uma tese na Secção F («Desenvolvimento regional e administração local») sobre as funções e dependências dos governadores civis em que salientou: «os governadores civis, são o instrumento de um poder central...»

Secção H: Perspectivas políticas

Presença dos monárquicos

PELA PRIMEIRA vez um grupo de monárquicos participou num Congresso da Oposição Democrática. Salientamos alguns aspectos de duas teses de Henrique Barrilero Ruas, membro activo daquele movimento...»

Secção F: Administração local

Dos Governadores Civis

FRANCISCO PEREIRA DE MOURA apresentou uma tese na Secção F («Desenvolvimento regional e administração local») sobre as funções e dependências dos governadores civis em que salientou: «os governadores civis, são o instrumento de um poder central...»

Secção H: Perspectivas políticas

Presença dos monárquicos

PELA PRIMEIRA vez um grupo de monárquicos participou num Congresso da Oposição Democrática. Salientamos alguns aspectos de duas teses de Henrique Barrilero Ruas, membro activo daquele movimento...»

Secção F: Administração local

Dos Governadores Civis

FRANCISCO PEREIRA DE MOURA apresentou uma tese na Secção F («Desenvolvimento regional e administração local») sobre as funções e dependências dos governadores civis em que salientou: «os governadores civis, são o instrumento de um poder central...»

Secção H: Perspectivas políticas

Presença dos monárquicos

PELA PRIMEIRA vez um grupo de monárquicos participou num Congresso da Oposição Democrática. Salientamos alguns aspectos de duas teses de Henrique Barrilero Ruas, membro activo daquele movimento...»

Advertisement for ALTO DA BARRA featuring a large house, a map showing locations (Oeiras, Estoril, Lisboa, Catalazete) and text: 'Se sonha viver como alguns já vivem!', 'O silêncio repousante. O ar puro. A liberdade do grande horizonte...'

Advertisement for 7 COMBOIOS DIÁRIOS EM CADA SENTIDO featuring an aerial view of train tracks and text: 'Lisboa Porto', '7 COMBOIOS DIÁRIOS EM CADA SENTIDO', 'VIAJE DE COMBOIO!', 'CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES'